

## Entre maio 68 e junho de 2013: a exacerbação do sintoma

## Between May 68 and June 2013: the exacerbation of the symptom

Claudia Murta<sup>1</sup>  
Karina Caetano<sup>2</sup>

**Resumo:** As manifestações junho de 2013 no Brasil tiveram a participação de um número extremamente significativo de pessoas. No início do mês, o movimento foi deflagrado pelo aumento de passagens do transporte urbano, contudo, em 17 e 20 de junho a multidão não se manifestava exatamente por esse motivo. Múltiplos eram os apelos da multidão que caminhou em clima de festiva esperança por um lado e desejo de mudança e violência por outro. Jacques Lacan, em seu livro, "O avesso da psicanálise", trabalha as consequências do movimento de maio de 1968. A partir desta leitura, propomos começar a pensar o nosso momento em referência ao movimento de 45 anos atrás. Em seu livro, "Maio de 68, a herança impossível" Jean-Pierre le Goff considera esse fenômeno político como uma divina surpresa, um momento de catarse democrática em uma sociedade que se engaja em um novo estado de seu desenvolvimento. Nesse período, as manifestações foram lançadas por estudantes, sem que ninguém, mesmo seus principais atores, tivessem pensado no que poderia advir. Entre o lado catártico, festivo e violento que os movimentos de maio de 68 e de junho de 2013 apresentaram, observa-se que é muito difícil ir para a rua sem se arriscar ao encontro com o real de ambas as maneiras: ou pela vivência catártica, ou por sua outra face, a violência. De todo modo, o encontro com o real não é todo dia que acontece.

**Abstract:** Manifestations of June, 2013, in Brazil had the participation of a very significant number of people. Earlier this month, the movement was triggered by the increase on the price of the urban transport passes, however, in 17 and 20 of June the crowd did not protest for just this reason. Many were the calls from the crowd who walked cheerfully in a party mood on one hand and having confrontation with the police in another. Jacques Lacan, in his book, "The reverse side of psychoanalysis", works on the consequences of the May 1968 movement. From this reading, my proposal is to start thinking about our time in reference to the movement of 45 years ago. In his book, "May 68, the impossible inheritance", Jean-

---

<sup>1</sup> Doutora em Lieux et Transformations de la Philosophie, Université de Paris VIII. Professora associada do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, Brasil. E-mail: [cmurta@terra.com.br](mailto:cmurta@terra.com.br)

<sup>2</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa e Extensão Parthos da Ufes. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia e Psicanálise. E-mail: [karinacaetanos@gmail.com](mailto:karinacaetanos@gmail.com)

Pierre le Goff considers May 68 as a divine surprise, a moment of a democratic catharsis in a society that engages in a new state of its development. At that time, the protests were launched by students, and anyone, even their main actors, had been thinking about what could happen. Among the cathartic, festive and violent side that May 68 and June 2013 movements presented, it is very difficult to go out on the street without risking to encounter the reality in both ways: or buy the cathartic experience, or on the other side, buy the violence. Anyway, this encounter with the reality does not happen every day.

### **Catarse e violência – ilusão e real**

No início de junho de 2013, no Brasil, foi deflagrado um movimento popular contra aumento de passagens do transporte urbano. As chamadas jornadas de junho contaram com a participação de um número extremamente significativo e diversificado de pessoas. Múltiplos eram os apelos da multidão que caminhou em clima de um festivo despertar político e, ao mesmo tempo, de indignação e fúria, que se evidenciou diante do confronto direto com a polícia e da desconstrução de ícones de opressão. Os lemas “Não é por 20 centavos é por direitos” ecoaram nacionalmente e arrastaram milhões de Brasileiros para as ruas. A multidão que tomava as ruas, obviamente, devido à imensa quantidade de pessoas, era muito diversa de distintos reconhecimentos e classes sociais. Alguns reclamaram pela ausência de pauta definida e outros pela presença de ideais partidários de esquerda e, mesmo de direita e de extrema direita entre os apelos dos grupos presentes. A multiplicidade desse movimento chama a atenção e nos convida a refletir sobre esse momento histórico. Afinal conforme destaca Alain Badiou, em sua obra “O Ser e o Acontecimento” é papel da Filosofia estar atenta aos acontecimentos políticos, artísticos ou científicos e tirar consequências disso.

A proposta dessa intervenção é começar a pensar junho de 2013 tendo como referência o movimento francês de maio de 68. Em seu livro, “Maio de 68, a herança impossível” Jean-Pierre le Goff considera esse acontecimento como uma divina surpresa, um momento de catarse democrática em uma

sociedade que se engaja em um novo estado de seu desenvolvimento. Nesse período, as manifestações foram lançadas por estudantes, sem que ninguém, nem mesmo seus principais atores, tivessem pensado no que poderia advir. Em 3 de maio de 68 houve uma interpelação da polícia em uma manifestação de 300 estudantes na Sorbonne diante da qual houve 27 presos. Em 6 de maio, milhares manifestaram contra a intervenção policial na Sorbonne. Sem resposta imediata das autoridades, em 10 de maio de 1968, na noite das barricadas, 20 mil pessoas foram para as ruas. Os estudantes construíram barricadas para se defenderem dos policiais e toda a população se engajou em apoio aos manifestantes. A atmosfera era de festa e as barricadas eram símbolos de liberdade. Quando os policiais se lançaram sobre as barricadas, à festa sucedeu a violência. Foram 3 horas de violência e destruição. No dia seguinte, a visão da destruição fez o país bascular para uma crise sem mestres ou senhores.

O acontecimento inaugura o período da palavra liberada, todos tomam voz e a insolência passa a ser a nova arma revolucionária. A grande mudança decorrente desse movimento inaugura um novo laço social que não segue mais o discurso do mestre que a determinava. A palavra é livre e circula sem determinação.

Jacques Lacan propõe seu Seminário, "O avesso da psicanálise" (1969), no qual a sua preocupação era situar a Psicanálise frente ao discurso revolucionário vivido naquele período. No seu entender, a posição da psicanálise é apontar para o discurso contra o qual a aspiração revolucionária se revolta, o discurso do mestre. Assim, Lacan inicia sua exposição com base em sua teoria dos quatro discursos do laço social que são: discurso do mestre; discurso histórico; discurso analítico e discurso universitário.

Na escrita desses discursos<sup>3</sup>, Lacan lança mão de quatro letras (a: o objeto a, mais-gozar, condensador de gozo e causa-do-desejo; \$: o sujeito barrado pelo significante; S1: o significante-mestre, o sê-lo, o significante pelo qual os outros significantes são ordenados; S2: o saber constituído enquanto cadeia significante), distribuídas em quatro lugares, divididos dois a dois ao modo de quadrantes e separados por duas barras - a barra (/) aqui cumpre a função de ser o sinal que estabelece a resistência à significação, ou seja, a operação do recalçamento. Para especificar cada um desses lugares de apreensão do efeito significante pelo sujeito (não nos esqueçamos que se trata de um esquema calcado na lógica quadripartito), Lacan constrói um índice de designação, dando a cada um deles os seguintes nomes:

1. agente ou poder ou semblante  
4. verdade

2. Outro/outro, ou trabalho ou gozo  
3. produção/perda ou mais-gozar

Lacan ainda faz uso das setas de implicação ou conexão ( $\rightarrow$ ) para orientar o sentido da cadeia significante e do quarto de giro circular como operador da transformação de um discurso em outro, por progressão (sentido horário) ou por regressão (sentido anti-horário), possibilitando assim a circulação das letras, em permutação circular, sem comutação, por quatro lugares.

Como no *discurso do mestre*:

$$\frac{S1 \rightarrow S2}{\$ \leftarrow a}$$

<sup>3</sup> Os termos dos quatro discursos foram propostos no Seminário XVII: O Averso da Psicanálise de Jacques Lacan. Essas considerações sobre a escrita das fórmulas dos quatro discursos podem ser encontradas no texto de Julio Eduardo de Castro, "Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos", disponível no seguinte endereço: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982009000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982009000200006&script=sci_arttext). A referência ao texto de Júlio Eduardo de Castro se restringe à aplicação da escrita das fórmulas dos discursos.

no *discurso histórico*:

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

no *discurso universitário*:

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

e no *discurso psicanalítico*:

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

O discurso do capitalista é obtido por efeito de uma torção feita sobre a banda esquerda no matema do discurso do mestre, sendo por isso uma variação desse mesmo discurso. O *discurso do capitalista* nos é então exposto pelo seguinte matema:

$$\frac{\$}{S1} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Na formulação de Lacan, o discurso do mestre demonstra como a instauração do sujeito depende de uma subjetivação na qual é o poder que move o sujeito. O discurso do mestre é o princípio da política no sentido tradicional enquanto exercício de poder e de dominação. O elemento que agencia esse discurso é o significante mestre, o próprio comando. Lacan determina um significante mestre e, em referência à história da filosofia, ele o chama de Um, tal como o Um proposto por Parmênides na aurora da Filosofia. Para pensar a relação da Psicanálise com a Política, em seu

Seminário, Lacan esclarece que “a inserção na política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso – e não apenas o analítico – que não seja do gozo, pelo menos quando dele se espera o trabalho da verdade” (2003). No caso do discurso do mestre, sua verdade está oculta e o sujeito é situado no lugar da verdade, mas trata-se de uma verdade foracluída desse discurso, na medida em que o produto desse discurso não guarda relações com a verdade. Assim, o discurso do mestre não leva em conta o sujeito.

Outra modificação do discurso do mestre se faz por meio do discurso universitário. O saber, nesse discurso, se apóia no significante mestre e faz o laço dominante com o outro. Trata-se de um saber burocrático e impessoal, também sem subjetividade. O lugar do estudante é de um resto diante do saber universitário. Lacan nomeia esse saber impessoal e imposto como saber burocrático. Há um circuito entre os discursos do mestre, capitalista e universitário no qual cada um é derivado do outro e todos se mantêm nesse jogo de fortalecimento e enfraquecimento de cada discurso. Contudo, entre eles o discurso capitalista tende a imperar sobre os demais, desfazendo os frágeis laços sociais em sua busca desenfreada pela acumulação. Isso nos leva a pensar sobre o lugar da ilusão e lugar do real nessa situação de luta anti-capitalista. O real é o confronto, viver uma experiência de corpo nas barricadas, mas sabemos que só em parte, pois em outra parte o confronto é imaginário. Não ilusório, mas imaginário. O real é o mal estar que gera o confronto e o capital alimenta a ilusão, pois a estrutura do capital é tão complexa que ela acaba transformando tudo em ilusão e em produto.

Alain Badiou, em seu livro “Pornografia do tempo presente” escrito em junho de 2013, propõe que “nada é mais fácil, mais inútil, do que a crítica ao capitalismo reduzida a ela mesma”, pois a ideia de um capitalismo conveniente e confortável, provedor de uma corrupção mais regulada não nos retira da pornografia das imagens. Já que o desejo animado pelo

semblante que oferecem as imagens não nos encaminha a nada senão à pornografia mesma. A crença na forma de luta democrática contra o capitalismo impede, para Badiou, o questionamento radical do próprio capitalismo. Baseado na crítica lacaniana, Badiou propõe um desejo animado pelo real. Para ele, uma crítica radical deve se fundamentar na crítica política da democracia que é o grande Phallus do nosso tempo. Em sua leitura, a democracia é o Significante Mestre do núcleo duro do universo capitalista global e é a democracia, a grande ilusão.

Já para Lacan, o discurso que faz o laço social para o período de contestação é o discurso histórico. Assim, a visada política da histeria seria a inauguração de um novo discurso que questiona o discurso dominante do mestre e aponta para uma política da intencionalidade do desejo, inclusive a de “desejar em vão” segundo os termos de Lacan. Em suas palavras: “É em torno do sintoma que se situa e se ordena tudo o que é do discurso da histórica que permite a passagem decisiva, dando o seu sentido ao que Marx historicamente articulou, à saber, que os acontecimentos históricos se julgam em termos de sintomas” (2003). O questionamento proposto por meio do discurso histórico é comparável, pelo próprio Lacan, à dialética do desejo hegeliana. Essa é uma leitura importantíssima proposta por Lacan e seguida por muitos pensadores, dentre eles, Slavoj Zizek.

O filósofo Slavoj Zizek propõe uma legitimidade na análise dos fenômenos sociais pelo viés do aparelho psicanalítico. Em seu livro, “Através, o Real”, retoma a visada lacaniana da política histórica e a enuncia como uma resistência elementar à identificação predominantemente ideológica. Ele acresce a essa proposta, uma retomada do pensamento de Hegel, para quem, a sociedade rejeita a plebe e não reconhece e nem lhes oferece nada. Por essa razão, os rejeitados da sociedade se revoltam e, para esse autor, a violência já está na maneira pela qual a ordem social é estruturada.

Com essa base, Zizek propõe que um projeto profundo de esquerda radical é o de afirmar que a existência dos rejeitados da sociedade constitui uma nova regra de igualdade. Em uma perspectiva na qual o discurso do mestre não é mais determinante, deve-se passar pelo pior para abrir espaço para uma nova ordem. E, assim, a única maneira de estabelecer contato com o outro, em sua dimensão real, é fugindo da gentileza, pois a violência é intrínseca à estrutura social. Não existe outra mediação senão a da violência. Essa proposição de fundamentar a ação política na violência apresentada pelo discurso da histórica é uma forma de política do sintoma baseada no discurso histórico. A proposta de Zizek se coaduna com a tática *Black bloc* que aposta na violência como uma síntese diante da violência sofrida. Nessa proposta, a ideia é que não se consegue mudar uma sociedade sem se tocar na mesma, o corpo a corpo é assim disposto em forma de ação política direta.

Zizek, em sua obra "Sobre a Violência" (2009), evidencia o ambiente de despolitização em que estamos inseridos e aponta o medo como meio mais eficaz para mobilizar e convencer as pessoas. A primazia do medo se manifesta diante dos modos atuais de fazer política, tais como a pós-política que traz consigo o abandono das velhas lutas ideológicas e se concentra na administração dos recursos, ou a bio-política centrada na regulação da segurança e do bem estar dos indivíduos. Diante de uma administração despolitizada, especializada e objetiva, o único modo de mobilizar ativamente as pessoas é pelo uso do medo, constituinte originário da sociedade atual.

Assim, aponta o medo como o aparelho do Estado mais eficaz para mobilizar e convencer as pessoas, ou seja, como fator que exacerba o discurso do mestre. Assim, destaca dois tipos de violência, a subjetiva - que gera o confronto direto de um sujeito que comete um ato de violência; e a violência objetiva, que fundamenta a violência subjetiva por ser anterior a ela, e que

pelo poder simbólico da linguagem devasta os indivíduos. Enquanto a violência subjetiva é comparada ao nível zero de violência, considerada normal, a violência objetiva sistêmica é invisível, e absolutamente cruel, uma vez que sustenta tal estado de normalidade.

Essa política não engajada se baseia na manipulação da multidão e recorre ao medo como princípio fundador universal. Ao observar a culminância das manifestações de junho de 2013 destaca-se o cultivo e a propagação do medo como a principal arma do Estado para calar as vozes das ruas. Neste contexto, a violência se manifesta como uma linguagem que responde ao medo fomentado pelo Estado e articula uma tentativa de maior participação popular e de politização. Para defender a tese de Lacan de que "o espaço do discurso "realmente existe" e tem sua fundamentação última em uma violenta imposição" (2009, p.62); Zizek aponta que a linguagem não é um meio de coexistência pacífica que se contrapõe a violência, ao contrário a própria linguagem é violenta e por isso a violência é uma de suas formas não só comum e possível de manifestação, como traz resultados concretos.

Quando Zizek apresenta o conceito de violência sistêmica, ele ultrapassa a violência da ação direta e subjetiva e aponta para sutilezas do capital que impõem diversas formas de dominação, exploração e miséria. Diante disso, o confronto direto por meio da desconstrução dos símbolos de opressão não é mais que uma resposta ao arranjo de desigualdade e dominação ao qual o Estado nos impõe. Zizek destaca que a oposição a qualquer forma de violência parece ser a principal preocupação da atividade liberal tolerante dos nossos dias e pergunta: "Não há algo de suspeito, e até de sintomático, neste enfoque único centrado na violência subjetiva (...)? (2009)". Diante dos levantes populares, como o de junho de 2013, duramente criminalizados pela mídia e pelo Estado, ao invés de diminuir a possibilidade revolucionária da desconstrução dos ícones da opressão, deveríamos pensar outro caminho

à criminalização dos movimentos sociais. Talvez, oferecer a mesma resposta que, segundo o imaginário popular, Picasso deu a um soldado que lhe perguntou se foi ele quem pintou toda aquela miséria que aparece no Guernica: "Não fui eu que fiz isso, foram vocês que o fizeram."

Diante da violência como síntese do mal estar oferecido pelo Estado a guerra entra na discussão do real do conflito. Essa é a hora em que cai a cena imaginária, pois perdemos as referências e a violência oferece um estofo tal que no final não existe mais causa alguma, só o real do conflito mesmo. Nesse cenário, qualquer forma de violência subjetiva se transforma em violência sistêmica. Assim, o conflito, quando ocorre é como se fosse um subproduto da violência do próprio cenário de guerra, como se tivesse um fim em si mesmo. O problema é que, do ponto de vista prático, o limite entre um conflito como os de junho de 2013 e uma guerra civil é quase inexistente, uma vez que não é possível dosar a violência. Esse é o grande problema do fomentá-la, posto que ela sempre se descontrola. Desse modo, perdemos o apoio imaginário e ficamos completamente à mercê do real sem lei, como diz Lacan. E isso merece uma relação diferenciada à questão política.

A política do discurso da histérica aponta para a violência reativa, pois rejeita a violência da imposição do mestre e a histerização do discurso é um efeito da associação do discurso da histérica com o discurso do psicanalista gerando a política do sintoma, já que a histeria é um sintoma em si mesmo. Segundo Eric Laurent em seu texto "Sociedade do Sintoma", o psicanalista se orienta pelo real do sintoma que é o ponto impossível de ser incorporado ao mundo no qual o sujeito funciona. O insuportável do sintoma pode se transformar em ponto de apoio para que o sujeito reinvente seu lugar no Outro. Nesse sentido, o programa de ação do psicanalista é "fazer acreditar no sintoma" e isso responde ao fato de que os sintomas podem ser lidos e o

endereçamento que se instala por essa leitura permite deslocar o sintoma. A ética da psicanálise visa tornar um mundo possível para um sujeito e ele poder se virar com o seu sintoma.

### **Até o pedágio cair**

A capital do Espírito Santo é uma ilha que se limita com outras três cidades muito importantes para o estado: Serra, Cariacica e Vila Velha. O acesso à ilha de Vitória se dá exclusivamente por pontes que possibilitam majoritariamente o deslocamento exclusivo de veículos automotores. A 3ª Ponte começou ser erguida no final da década de 70, sua construção se arrastou por 11 anos até que, por fim, a ponte que fora finalizada após uma parceria com a iniciativa privada. Dessa parceria surgiu a concessão do pedágio da via para uma das empresas que prestava o serviço de sua construção. Na época foram feitos cálculos de custos, havia a estimativa de 12 anos para a ponte ser paga e assim o fim do pedágio. Todavia chegamos em 2013 ainda pagando o pedágio, 24 anos após a inauguração da ponte. Como se não bastasse, o pedágio sobe anualmente de forma absurda, em junho de 2013 os valores do pedágio variavam de R\$1,90 a R\$ 11,40 de acordo com o tipo de automóvel.

Nas manifestações foi possível vivenciar gratuitamente a travessia da ponte de formas não usuais, a pé, de bicicleta, de patins, de skate! Uma nova relação afetiva se estabeleceu com esse espaço que foi sentida como um espaço de fato público e acessível. Em resposta a violência da polícia e do Estado, que entrou em confronto com os manifestantes em diversos momentos, pessoas que posteriormente foram classificadas como “vândalos”, fizeram o favor de desconstruir os obstáculos de cerceamento da liberdade na ponte. Depois disso, apesar dos esforços do governo e da

concessionária para cobrar o pedágio manualmente, os automóveis puderam trafegar livremente, sem pagar pela passagem na ponte. O trânsito ficou melhor e a população satisfeita.

A relação estabelecida com a ponte renovou o seu sentido e sua função após junho de 2013. A democratização da ponte virou o símbolo das lutas sociais na capital naquele momento ao destacar por um lado um “Não.” coletivo àquele símbolo da corrupção, e por outro a urgência em se pensar na ampliação do direito ao acesso à cidade e a mobilidade na Grande Vitória.

A cada semana mais de uma manifestação era articulada tendo como ponto central o fim do pedágio da 3ª Ponte. Percebendo essa demanda crescente, um deputado estadual desengavetou um projeto de lei que previa o fim da cobrança do pedágio. No dia 02 de julho a população lotou as galerias do plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES para pressionar a votação do projeto. Todavia um relator da Comissão de Justiça pediu vistas do projeto, numa tentativa de adiar a decisão sobre o caso. A população inconformada subiu para o gabinete da presidência da ALES e ocupou o espaço.

Deu-se então o início da OcupaAles, que durou em torno de 12 dias por meio de um espaço construído espontânea e coletivamente, um movimento único que entrou para a história das lutas sociais no Espírito Santo. O movimento recebeu amplo apoio da população que enviava diariamente suprimentos para a manutenção da estrutura, enquanto os ocupantes conviviam com um enorme terrorismo psicológico e ameaças constantes de reintegração de posse.

No dia 11 de julho, centrais sindicais e movimentos sociais prepararam um dia de paralisação nacional. Dos muitos piquetes espalhados no entorno da ilha, todos caminharam em direção à ALES onde se reuniram. Sob boatos

constantes de invasão da OcupaAles pela polícia, a população passou o dia reunida em frente à ALES. Alguns ocupantes vieram até o ato e leram a declaração coletiva que concluía que iriam “resistir, resistir, até o pedágio cair”.

Derrotado pelo baque causado pelos levantes de Junho de 2013, mesmo sob constantes ameaças, os poderes executivos, legislativo, judiciário e representantes da Ocupação, exaustos e acuados por ameaças de uma violenta reintegração, elaboraram um acordo que previa o fim da ocupação e a reabertura imediata da votação do projeto de lei de fim do pedágio, com participação ampla e irrestrita da população, a participação dos movimentos sociais em uma auditoria do contrato com a empresa detentora do pedágio, dentre outras cláusulas. A partir da assinatura do acordo deu-se o fim da ocupação. Porém todos os itens do acordo foram descumpridos pelo governo de Renato Casagrande (PSB). A seguir o projeto de lei foi em votação a portas fechadas. A população foi impedida de entrar na ALES e expulsa de lá a bombas e balas de borracha.

Como resposta a toda sujeira ocorrida na ALES os manifestantes estavam imensamente inconformados e se sentindo traídos levantaram barricadas pela orla da cidade. O governo por sua vez engrossou a repressão, diante a quebra de algumas vidraças de prédios e bancos, a polícia passou a perseguir e alvejar quem quer que fosse que estivesse na rua. Além disso, passou a deter quem ela conseguisse pegar. Foram dias de horror na cidade de Vitória que culminaram em mais de 70 pessoas estavam detidas sob acusações de vandalismo e formação de quadrilha.

## As ruas do medo

Em seu filme, “Casagrande e as ruas do medo” (2014), o historiador Davis Alvin analisa a estratégia do governo do Estado em lidar com as manifestações e aponta que a proposta do governo do Estado do Espírito Santo é gerar a política do medo, gerar medo na população de ir para as ruas. A técnica de cercamento utilizada pela PM capixaba no cerco da praça do pedágio e em outras manifestações, segundo Davis Alvin, se chama Caldeirão de Hamburgo – uma técnica muito utilizada por Hitler, ilegal e criticada no âmbito internacional por provocar pânico, incitar o conflito e fazer com que pessoas inocentes sejam presas e incriminadas. O filme expõe a tática Black bloc para aqueles que não a entendem. Os adeptos da tática Black bloc utilizam táticas militantes para de ação direta contra símbolos de opressão e, suas ações visam causar dano contra instituições opressoras e proteger os manifestantes contra a opressão policial. Essas ações têm intenção performática. Segundo Alvin, é uma ilustração dramática para mostrar que diante do Estado de Exceção o povo ainda resiste e as corporações não são tão poderosas como pretendem parecer ser. A proposta é resistir, desafiar as autoridades, rebelar-se contra a dominação, subverter a ordem e as leis injustas, sem abandonar a ética e a humanidade.

A escalada da repressão por parte do Estado, juntamente com o trabalho de propaganda da mídia burguesa, difundiu a criminalização das manifestações e abafou a agitação popular. A pauta conciliadora, o fim do pedágio, esfriou com o começo da auditoria que de início imputou a redução imediata dos valores para mais de 50%. Devemos considerar que a auditoria e a redução imediata do pedágio é uma conquista das manifestações, pois um valor que vinha subindo anualmente, em menos de um mês reduziu 50% e , no dia 22 de abril de 2014, após a conclusão da auditoria, o pedágio da 3ª Ponte foi suspenso por tempo indeterminado. Todavia essa vitória é uma vitória

parcial. Após as jornadas de junho ainda há muito que se conquistar. No entanto, é notório que a correlação de forças entre os exploradores do capital e os explorados mudou após junho.

Rodrigo Nunes, em sua conferência no Colóquio Internacional Educação, Ética e Política na Contemporaneidade, analisa os movimentos de Junho de 2013 e propõe que a ação política, do estilo Black bloc, é uma ação política pedagógica. De acordo com sua posição se instala na condição de função vanguarda, um conceito distinto da definição teleológica de vanguarda marxista que, como função pode ser ocupada por diversos atores em diversos momentos; ela é objetiva, no sentido em que, uma vez a modificação introduzida no sistema em rede tenha se propagado, é possível identificá-la como a causa anômala por trás de uma série de efeitos, mas ela não é objetiva, no sentido de uma determinação transitiva entre uma classe e a irrupção de subjetividade política que se sustenta em uma concepção da História seguindo leis necessárias. A função vanguarda direciona o movimento no momento em que o dirige. Rodrigo Nunes faz uma aproximação entre a função vanguarda assumida nos movimentos de 2013 e a função do analista. A tarefa do analista não é prescrever uma forma de ação ao analisando, mas posicionar o seu desejo de tal forma que o sujeito possa ver a si mesmo e possa agir sobre o seu próprio desejo. Desde então, segundo Nunes, no artigo, "Junho não acabou", houve um refluxo progressivo das grandes manifestações de massa, em favor de uma diversificação tática de especialização nas lutas e demandas locais que chegaram a vitórias. A liderança distribuída na função vanguarda funciona sem mestre seguindo o modelo do discurso do analista proposto por Lacan.

Nesse sentido, outras formas de fazer política são propostas como é o caso dos "Ocupes". A ocupação proporciona o conhecimento das pessoas interessadas em um novo modo de organização que advém da necessidade

de construção de um espaço orgânico de vivência coletiva e de escuta. Destaca-se ainda a formação de outros núcleos de resistência e de transformação no modo de fazer política como a Mídia Ninja que desmascara de vez a imprensa marrom e faz o cidadão comum questionar os grandes meios de comunicação e se engajar no sentido de produza você mesmo o conteúdo da informação. Ou os coletivos de cultura e educação que se distanciam da figura do mestre e propõem que um faça você mesmo enfrentando a estrutura violenta do estado. Nesse contexto, a própria criação e manutenção desses modos de fazer política são formas de resistência, uma vez que rompem com a lógica do mercado e do capital. Da geração de alienados, de apolíticos, passamos a geração do século XXI talvez seja aquela que volta a pedir o impossível e que o torna palpável pela horizontalização das relações. Destituindo a figura do mestre, em um fazer político aberto e transversal, podemos nos deparar com a maior demanda dessa geração, transformar a democracia representativa em participativa.

Conforme destaca o historiador e escritor Hakim Bey (1991), "Se a História é "Tempo", como declara ser, então um levante é um momento que surge acima e além do Tempo, viola a "lei" da História". A História diz que uma Revolução conquista "permanência", ou pelo menos alguma duração, enquanto o levante é "temporário". Ou seja, diante da efemeridade dos Levantes de Junho de 2013, não devemos pensar que este teve um fim em si mesmo, mas que trouxe nossas demandas à tona e, ao propor um outro modo de práxis política, ainda obriga nossos governantes, que preservam modos coloniais de fazer política, a repensar suas práticas.

## A política do sintoma

O psicanalista Jésus Santiago ao comentar os movimentos de 2013, diz acreditar ser muito instrutivo considerá-las como "(...) manifestações do real causados por realizações inesperadas da ciência. Sabemos que hoje nós não podemos considerar os efeitos da ciência somente a partir da forclusão do sujeito. Não há sempre o controle, a capacidade de programar os efeitos da ciência. Eu acho que a partir desta realidade, podemos entender as recentes manifestações da juventude no Brasil. Estes eventos são o resultado dos efeitos inesperados da utilização de redes sociais, estimulados por dispositivos tecnológicos. Quem poderia imaginar que uma geração de jovens totalmente comprometidos com a lógica de consumo, característica do novo espírito capitalista, poderia surgir na política do Brasil, com propostas marcadas por uma grande lucidez e com contribuições inestimáveis para os destinos da vida política brasileira. Podemos dizer que nessas manifestações de multidão existe uma verdadeira desordem no real".

É muito difícil ir para a rua sem se arriscar ao encontro com o real de ambas as maneiras: ou pela vivência catártica, ou por sua outra face, a violência. De todo modo, o encontro com o real não é todo dia que acontece.

Para Lacan, o discurso da histérica prepara o discurso do analista. A política do discurso da histérica é a política do sintoma e aponta para a violência e a histerização do discurso. É um efeito da associação do discurso da histérica com o discurso do psicanalista. Segundo Eric Laurent em seu texto "Sociedade do Sintoma", o psicanalista se orienta pelo real do sintoma que é o ponto impossível de ser incorporado ao mundo no qual o sujeito funciona. O insuportável do sintoma pode se transformar em ponto de apoio para que o sujeito reinvente seu lugar no Outro. Nesse sentido, o programa de ação do psicanalista é "fazer acreditar no sintoma" e isso responde ao fato de que os sintomas podem ser lidos e o endereçamento que se instala por essa

leitura permite deslocar o sintoma. A ética da psicanálise visa tornar um mundo possível para um sujeito e ele poder se virar com o seu sintoma.

Em seu último ensino, Lacan propõe que o “real sem lei” é um real fora do sentido e do saber. Assim, o puro “real sem lei” coloca em questão o que faz sentido e o que faz saber. Segundo Jacques-Alain Miller, ao comentar a proposição lacaniana do “real sem lei” é nessa via que Lacan encontra o seu nó com a perspectiva de fazê-lo escapar ao sentido e ao saber. Lacan toma o nó como paradigma do “real sem lei”, enquanto desafia a elucubração do saber pela via do simbólico e desafia ao mesmo tempo a manipulação do imaginário. Trata-se de um convite de Lacan a pegar o nó como tal, quer dizer, a tomá-lo nas mãos e não a concebê-lo ou elucubrar sobre ele. O nó representa o que surge no buraco do saber e nele o fazer toma frente diante do saber. É um saber investido no fazer como saber-fazer. Os finais de análise são trabalhados, então, na perspectiva do saber-fazer com os pedaços de real atingidos nas análises. Transmitir esse encontro com o real é acreditar na política do sintoma. Como o psicanalista se orienta pelo real do sintoma, ele é o ponto de impossível a ser incorporado ao mundo. O programa da ação do psicanalista é fazer acreditar no sintoma.

Tomando o movimento das ruas em 2013 na perspectiva do encontro com pedaços de real em análise, situamo-nos na perspectiva da psicanálise de orientação lacaniana que se organiza pelo real do sintoma. O insuportável do sintoma pode se transformar em um ponto de apoio para que o sujeito reinvente o seu lugar no campo do Outro. Isso foi e ainda está sendo feito a partir da política das ruas. Uma política do sintoma foi o que conseguimos ver aparecer nas ruas a partir de junho de 2013 no Brasil. Na decadência da política do mestre, qualquer que seja a política do sintoma é a alternativa política para o nosso tempo.

Em conclusão, diante da manifestação do mesmo espírito do tempo entre maio de 1968 e junho de 2013 podemos observar como as catarses democráticas apontadas por Jean-Pierre Le Goff, continuam a modificar os cenários políticos e romper com lógica do discurso do mestre como denuncia Jacques Lacan. Ainda sobre esses fatos históricos podemos observar como a violência do Estado, em lugar de desarticular, acaba por fortalecer as lutas populares e construir coletivos de lutas que não mais necessitem estar centralizados na figura do mestre.

## Referências

- BADIOU, A. A. (1996). *O ser e evento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Pornographie du temps présent*. Paris: Fayard.
- LAURENT, E. (2007). *A sociedade do sintoma. A psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- BEY, H. (1991). *TAZ. Zona Autônoma temporária, anarquismo ontológico e terrorismo poético*. Rio de Janeiro: Coletivo Sabotagem.
- MILLER, J. A. (2009). *Perspectivas do seminário 23 de Lacan. O sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTRO, J. E. (2014). "Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos". In: <http://ww.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982009000200006&script=sciarttext>. Acesso em 01/09/14.
- LACAN, J. (2005). *Le séminaire. Le sinthome*. Livre XXIII. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Nota italiana". In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LE GOFF, J. P. (2002). *Maió de 68. l'héritage impossible*. Paris: La Decouverte.

SANTIAGO, J. (2014). *Entretien sur le thème. Un réel pour le XXI e siècle*. In: [http://www.congresamp2014.com/pt/template.php?file=5-minutos-en-la-radio/Jesus-Santiago/Transcription\\_PT.html](http://www.congresamp2014.com/pt/template.php?file=5-minutos-en-la-radio/Jesus-Santiago/Transcription_PT.html). Acesso em 15/07/2014.

PICASSO, P. (2014). *Guernica*. In: <https://www.youtube.com/watch?v=jc1Nfx4c5LQ&hd=1>. Acesso em 01/09/2014.

NUNES, R. (2014). "Juin n'est pas fini". In: *Les Temps Modernes*, 2/2014 (678), pp.4-23. Recuperado de <http://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2014-2-page-4.htm>. Acesso em 15/07/2014.

\_\_\_\_\_. (2014). *Conferência no Colóquio Internacional Educação, Ética e Política na Contemporaneidade*. In: [http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Videoteca/Ciencias-Sociais/Comunicacao/Palestra-com-Susana-Villacencio-e-Rodrigo-Nunes-23722.html#.U8LQz\\_lWSo](http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Videoteca/Ciencias-Sociais/Comunicacao/Palestra-com-Susana-Villacencio-e-Rodrigo-Nunes-23722.html#.U8LQz_lWSo). Acesso em 15/07/2014.

ZIZEK, S. (2010). *Atravers le reel*. Paris: Lignes.

\_\_\_\_\_. (2009). *Sobre a violência*. Barcelona: Imprensia Ibérica.